

SUPREMO

Fachin assume STF com tom de equilíbrio e diálogo



Nova presidência sinaliza sobriedade, firmeza institucional e defesa dos mais vulneráveis.

Página 6



ANO 38 - Nº 1.813 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 5 A 11 DE OUTUBRO DE 2025
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

HERIVELTO NUNES

Mudanças no futebol brasileiro agradaram



Goias ficou satisfeito com as mudanças, Adson Batista foi cauteloso e Hugo Bravo considerou positivas.

Página 12

JUSTIÇA

Caiado vai ao STF por mais verba para a saúde

Estado cobra da União R\$ 1,2 bilhão em repasses e aponta desequilíbrio nos critérios de distribuição. Página 8



Secom

ENTREVISTA

LUCAS VERGÍLIO

Vereador MDB

“Para governar é preciso dialogar, e Mabel não dialoga”



O vereador defende que o prefeito faça o convencimento político não só dos membros da sua base, mas dos independentes e da oposição. “Espero que reflita e melhore, como já mostrou ao pedir desculpas na prestação de contas.” Páginas 4, 5

Divulgação

GOIÂNIA

Taxa do Lixo soma R\$ 13 mi mensais ao cofre da prefeitura

Divulgação



Sandro Mabel diz que revogação trará prejuízo à cidade e que vai responsabilizar quem votar pelo fim da cobrança.

Página 9

ESCOLA

Goiás abre 10 mil vagas em colégios militares em meio a críticas do MEC



Divulgação

Modelo segue em expansão no estado e registra alta procura, enquanto enfrenta oposição de especialistas e entidades. Página 11

ANÁPOLIS

Após sancionar a “Lei João Victor”, Corrêa fecha cerco contra empresas



Divulgação

Legislação endurece regras para fiação em postes e prefeitura intensifica fiscalizações após morte de criança.

Página 10

EDITORIAL

Ordem ou higienismo?

A recente ofensiva da Prefeitura de Goiânia contra os vendedores de água de coco no Parque Vaca Brava expôs, mais uma vez, a face higienista de uma gestão que parece pouco conhecer da vida cotidiana da cidade. Não se trata de um debate sobre regularização ou sobre a necessária organização dos espaços públicos, mas da forma como trabalhadores pobres, que dependem do comércio informal, são tratados por autoridades que vivem em condomínios de luxo e enxergam o espaço urbano apenas como cenário para consumo e lazer elitizado.

O prefeito Sandro Mabel reconheceu publicamente que houve “erro” na operação e prometeu corrigir os rumos, com a padronização de carrinhos licenciados e acompanhamento da assistência social. A admissão é um passo importante, mas insuficiente. Porque o erro não está apenas no “como” se fiscalizou, e sim na mentalidade que inspira tais ações: a lógica de expulsar da paisagem urbana aqueles que destoam da cidade “limpa” sonhada pelo poder público e por parcelas privilegiadas da sociedade.

É revelador que medidas como essa se repitam em Goiânia. Primeiro, a pressão sobre ambulantes da Feira Hippie e da 44; agora, os trabalhadores do Vaca Brava. Em todos os casos, a tônica é a mesma: os pobres são empurrados para fora, como se fossem estorvo, enquanto a retórica oficial fala em “organização” e “ordem”.

A cidade não é feita só de shoppings, restaurantes ou bares gourmetizados. Ela é, sobretudo, feita de gente que luta para sobreviver, muitas vezes a partir do trabalho informal. São esses vendedores de água de coco que, sob o sol forte, oferecem refresco acessível a quem passeia nos parques. Criminalizá-los, intimidá-los ou removê-los não é política pública, é higienismo.

A gestão pública precisa encontrar equilíbrio: garantir regras, sim, mas sem negar a dignidade de quem trabalha. Goiânia não pode se tornar uma cidade apenas para alguns. Se a promessa é de “organização com respeito”, que ela se cumpra na prática, e não com medidas que apenas reforçam desigualdades. O espaço público deve ser plural, diverso e inclusivo. Qualquer ação diferente disso não é política urbana: é exclusão social travestida de ordem.

ARTIGO

Sanção da lei nº 14.874/2024 inaugura nova era da Pesquisa Clínica no Brasil

O Brasil iniciou um novo capítulo na Pesquisa Clínica com a sanção da Lei nº 14.874/2024, que estabelece um marco regulatório robusto e moderno, alinhado às melhores práticas internacionais. Mais do que atualizar normas, a lei cria condições para ampliar o acesso da população a estudos que trazem inovação, novas terapias e mais qualidade de vida.

Embora a tramitação legislativa tenha se estendido por quase uma década, a etapa mais recente desse processo foi marcada pelo protagonismo do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (SECTICS) e do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT). Nos últimos meses, essas áreas assumiram a liderança da agenda, conduzindo com competência e diálogo o

processo que irá culminar no início da regulamentação da lei e de reorganização do sistema ético de pesquisa.

Apesar do enorme potencial, o Brasil participa de pouco mais de 1% dos estudos clínicos globais, segundo o ClinicalTrials.gov. Isso significa menos investimentos, menos acesso a tecnologias de ponta e menos oportunidades para pacientes. A Lei nº 14.874/2024 abre as condições para mudar esse cenário, e a atuação recente do Ministério da Saúde é decisiva para consolidar essas transformações.

O movimento pela elaboração de uma lei para a área ganhou força em 2014, quando o comerciante gaúcho Afonso Celso Haas, diagnosticado com câncer de pulmão em estágio avançado, encontrou em um estudo clínico a chance de prolongar sua vida. O tratamento

experimental não apenas lhe deu cinco anos adicionais de convivência com a família, como também o transformou em símbolo da luta pela modernização do setor.

Inspirados por sua história, médicos, parlamentares, entidades e a sociedade civil se mobilizaram para criar uma lei que desse mais segurança, previsibilidade e oportunidades. Após anos de debates, audiências públicas e amadurecimento legislativo, o projeto de lei resultou, em 2024, na Lei nº 14.874/2024.

Entre os avanços, destacam-se o fortalecimento dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), que passam a ter maior autonomia e protagonismo. Esse é um passo fundamental para descentralizar e dar mais agilidade às análises éticas, sem perder de vista a segurança e a proteção dos participantes de pesquisa. Os CEPs ganham

meno:

O mercado global de real estate de luxo movimentou US\$ 289,6 bilhões em 2023 e deve chegar a US\$ 515,3 bilhões até 2032, crescendo a uma taxa anual de 6,5%.

Segundo a Savills, branded residences alcançam em média um prêmio de 30% sobre imóveis comparáveis, podendo chegar a 50% em mercados emergentes.

Há hoje cerca de 740 empreendimentos concluídos no mundo, e mais 790 em desenvolvimento até 2031, o que significa praticamente dobrar a oferta global em menos de uma década.

Em destinos turísticos e resorts, o prêmio de valor chega a 34%, acima da média global, enquanto em cidades emergentes pode superar 45%.

Esses dados explicam por que os branded residences deixaram de ser uma exceção e se tornaram um dos segmentos mais dinâmicos do mercado imobiliário mundial. Eles funcionam como a alta-costura da arquitetura: feitos para poucos, sustentados por narrativas for-

ARTIGO

Quando a arquitetura veste alta-costura

O luxo italiano sempre foi mais do que estética: é uma narrativa de herança, pertencimento e escassez. Dos palácios renascentistas às passarelas de Milão, o que se perpetua é a habilidade de transformar materiais em símbolos, roupas em arquitetura e experiências em legado.

As casas italianas entenderam isso cedo. Armani depurou linhas até a essência e levou sua visão minimalista para hotéis e residências. Valentino fez do vermelho uma assinatura emocional. Versace transportou o barroco mediterrâneo para palácios modernos. Bulgari transformou a joalheria em espaços habitáveis. Dolce & Gabbana levaram a teatralidade siciliana para experiências de lifestyle. Cada uma dessas marcas estendeu sua narrativa para além da moda — para o modo de viver.

É nesse contexto que emergem os branded residences: edifícios assinados por marcas que não vendem apenas metros quadrados, mas status, comunidade e continuidade. Os números confirmam o fenô-

tes e destinados a carregar o peso de um legado.

O Brasil já participa desse movimento com empreendimentos assinados nos principais centros do país, enquanto novas cidades começam a ser incorporadas a essa cartografia internacional do luxo. O que importa, mais do que os endereços, é a lógica por trás do conceito: cada projeto é menos sobre tijolos e mais sobre o poder de uma marca global em criar pertencimento.

Branded residences são a materialização contemporânea do que a Itália sempre soube fazer melhor — transformar estilo em patrimônio e pertencimento em valor.



Marcos Santos é especialista imobiliário e CEO da empresa Launch Machine



Fernando de Rezende Francisco é Gerente Executivo da Associação Brasileira de Organizações Representativas de Pesquisa Clínica (ABRACRO).



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com



Na berlinda

Divulgação



O quinhão que lhe cabe

Depois de aprovado na Câmara por unanimidade, o projeto de isenção do IR chega ao Senado com a promessa de ampliação do teto de isenção. Há senadores falando isentar quem ganha até R\$ 10 mil por mês. O senador Vanderlan Cardoso (PSD) defendeu em suas redes a ampliação para R\$ 7 mil. Todo mundo querendo seu quinhão.

Terras raras 1

O governo federal lançou um edital elaborado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e financiado pela União Europeia para contratar empresas para elaborar a Estratégia Nacional de Terras Raras. A empresa vencedora vai: mapear o mercado global de terras raras; diagnosticar o potencial e os desafios do Brasil; identificar oportunidades de agregação de valor e industrialização no país; propor diretrizes de sustentabilidade, inclusão e desenvolvimento territorial; e sugerir governança, metas e um plano de ação.

Terras raras 2

O Governo de Goiás se antecipou e, no início de setembro, a Autoridade Estadual de Minerais Críticos do Estado, órgão responsável pela elaboração de políticas públicas relacionadas à pesquisa, exploração, refino, industrialização, transporte e comercialização dos minerais críticos existentes em Goiás, inclusive terras raras. Ronaldo Caiado (UB) preside o órgão.

Terras raras 3

A lei define que cabe à União criar e implementar a política de extração de terras raras no Brasil. Os estados não têm poder sobre a concessão dos direitos minerários, que são da União, mas têm papel decisivo no licenciamento ambiental, infraestrutura, atração de investimentos e fiscalização complementar.

Só ano que vem

A deputada Silve Alves (UB) não confirma a ida dela para o Republicanos. Ela vem conversando com representantes de vários partidos e só vai decidir seu futuro político mais perto da janela partidária.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Anafitra) acionou o STF nesta terça (30) com uma ADPF contra o Artigo 638 da CLT — aquele, de 1943, que permite ao ministro do Trabalho avocar processos administrativos. A medida mira diretamente a decisão de Luiz Marinho, que assumiu a reavaliação do processo envolvendo a Seara/JBS Aves, autuada por trabalho análogo ao de escravo no Rio Grande do Sul.

O caso é sensível. Em dezembro de 2024, dez trabalhadores foram resgatados em condições degradantes de uma unidade da JBS em Passo Fundo. Terceirizados, trabalhavam até 16 horas por dia, comendo frangos fora do padrão e endividados com custos de transporte e alimentação. A empresa goiana, apesar de alegar que os contratos eram de uma

prestadora, foi considerada a principal responsável.

Segundo a Anafitra, a avocação — avalizada pela AGU por conta da "relevância econômica da empresa" — atropela a independência técnica da fiscalização e ameaça a política nacional de combate ao trabalho escravo. Mais grave: pode tirar a JBS, dos goianos Joesley e Wesley Batista, da "lista suja" que será publicada no próximo dia 6.

Auditores veem nisso uma crise institucional sem precedentes e pedem a declaração de inconstitucionalidade do artigo. Caso o STF acolha o pedido, o ato de Marinho pode cair — e eventuais futuras interferências, também.

Vale lembrar: a JBS, gigante do setor de carnes e símbolo do agronegócio brasileiro, tem raízes profundas em Goiás.



Perillo no ITV

Marconi Perillo vai assumir o Instituto Teotônio Vilela (ITV) a partir de dezembro, quando deixa a presidência do PSDB. Aécio Neves, que hoje preside o ITV, assume o comando da legenda. Ambos estudam a viabilidade de disputar o governo em seus respectivos estados, mas a prioridade dos tucanos é aumentar a bancada de deputados, dos atuais 13 para 30.

Balanco

"Visitei todo o Brasil, passando por todos os estados, muitos deles duas ou três vezes, participando das articulações para as eleições municipais de 2024 e, agora, para as de 2026, ajudando a organizar as nominatas, especialmente para deputados federais. Seguirei contribuindo para o fortalecimento do PSDB, confiante de que o partido seguirá unido e combativo, com papel fundamental na reconstrução do Brasil, longe dos extremos", analisa Perillo

'Mero inconformismo'

A Justiça rejeitou os embargos de declaração da Prefeitura de Goiânia e manteve a condenação ao pagamento de R\$ 8,09 milhões à Construtora Porto S/A. A juíza Simone Monteiro, da 2ª Vara da Fazenda Pública, entendeu em decisão de 1º de outubro que o recurso não apontou omissão ou contradição, mas apenas tentativa de rediscutir o mérito já julgado.

Cautelar...

Na primeira defesa, a Procuradoria-Geral do Município não apontou que havia uma medida cautelar do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) que impedia o pagamento pleiteado judicialmente. Após reportagem da Tribuna do Planalto sobre o caso, a PGM cobrou explicações da Secretaria de Saúde.

Revogada

Após a decisão judicial, o TCM-GO revogou a medida cautelar que bloqueava pagamentos à Construtora Porto desde a gestão do ex-prefeito Rogério Cruz (SD). A Secretaria de Saúde de Goiânia informou que o contrato de R\$ 107 milhões perdeu a vigência e não será renovado pela atual gestão.

Transição energética

O governo reduziu a carga tributária para operações com biogás e biometano de 19% para 1,8% nas operações internas e 1,2% nas interestaduais.

1 O Dia

Estadual do Beach Tênis, que passou a integrar o Calendário Cívico e Turístico de Goiás, ganhou espaço na mídia nacional, com direito a defesa do autor, Bruno Peixoto.

2 O caso

do cartaz "Petista não é bem-vindo" em um frigorífico de Goiás também foi destaque nos jornais nacionais.

3 Decisão

judicial impôs a retirada do cartaz e o dono trocou a mensagem pela "Ladrão não é bem-vindo. Quem apoia ladrão também não".

LUCAS VERGÍLIO

“Minha relação com Daniel é desassociada de atuação parlamentar”

Lucas de Godoi

TRIBUNA DO PLANALTO

O senhor foi eleito vereador pelo MDB; pretende voltar à Câmara Federal pelo mesmo partido ou considera disputar um cargo na Assembleia Legislativa?

LUCAS VERGÍLIO

O meu plano é disputar para deputado federal. Eu acredito que desenvolvi um bom trabalho na Câmara Federal, fui relator de matérias importantes para o nosso país, contribuí muito com o estado de Goiás, porque fui um deputado muito municipalista. Acredito que posso somar muito com o parlamento federal. Não tenho pretensões de disputar uma cadeira na Assembleia.

Como o senhor vê o processo de montagem das chapas diante de um possível “canibalismo eleitoral”, com nomes competitivos buscando legenda?

Eu fui eleito vereador pelo MDB. Não há janela para que o vereador possa sair e mudar de partido, mas, mesmo se houvesse, eu pretendo e quero continuar no MDB. Nós temos o vice-governador Daniel Vilela, que será governador e candidato à reeleição e acredito que esse projeto do Daniel a governador gera muito entusiasmo e eu quero contribuir com ele estando no MDB.

O senhor disse que vai concorrer pelo MDB, colocando bem que não existe janela partidária para vereadores. Qual o tamanho dessa bancada que o MDB pretende eleger?

Eu acredito que o MDB tem condição de pelo menos dobrar essa bancada, eleger quatro deputados federais. A construção da chapa ainda tem um longo caminho pela frente, mas temos à frente o presidente do partido, que será governador a partir de março (de 2026) e que irá, com certeza, fazer uma chapa competitiva e forte para o MDB.

Como está a relação do senhor com o vice-governador Daniel Vilela que, junto do partido, apoiou a



Lucas Vergílio
Vereador MDB

Após a prestação de contas do prefeito Sandro Mabel, o vereador Lucas Vergílio concedeu esta entrevista exclusiva à Tribuna do Planalto, na qual, além de rebater as declarações do prefeito sobre a Taxa do Lixo, avaliou a instalação da CEI da Limpa Gyn. O vereador afirma que vai disputar uma cadeira de deputado federal em 2026 pelo MDB de Daniel Vilela e que sua relação com o vice-governador é de longa data, construída desde que foram colegas na Câmara dos Deputados. Sobre o próximo pleito, Vergílio avalia que o partido tem capacida-

candidatura do prefeito Sandro Mabel, que o senhor desaprova?

Minha relação com o Daniel é totalmente desassociada da minha atuação parlamentar em Goiânia. Sou amigo do Daniel há muitos anos, fomos colegas na

Câmara dos Deputados. A nossa relação hoje está muito acima disso. Eu fazia parte do governo Caiado, era secretário de Relações Institucionais do Governo, eu saí candidato a vereador em Goiânia pelo MDB para somar forças a esse projeto. Acredito que a

de de dobrar a bancada em Brasília, tendo em vista que Vilela será o governador disputando a reeleição. Ao comentar a fala de Daniel sobre os “bezerros marrucos”, o vereador ponderou que a crítica não se dirigia a parlamentares, mas a uma expectativa de renovação na gestão de Sandro Mabel que, segundo ele, não se concretizou. Ele também analisou a pré-candidatura do governador Ronaldo Caiado ao Palácio do Planalto. “Ele vai conseguir angariar diversos apoios políticos, porque é uma candidatura que não divide o nosso país.”

minha relação hoje, de independência em relação à Prefeitura, não tem nada a ver. Eu tenho tido essa atuação porque eu discordo de vários pontos que a gestão vem fazendo, eu tenho a minha independência política, a minha independência

moral para discordar daquilo em que eu não acredito. É uma coisa que não tem nada a ver com a outra.

“A Câmara tem

conseguido manter sua independência, tem aprovado projetos que considera necessários”

Como o senhor interpreta a fala do vice-governador sobre “bezerros mamando”? Foi lido, nas entrelinhas, que poderia se referir a vereadores, sobretudo os que já cumpriram outros mandatos na Casa.

Acredito que Daniel falou no sentido de que o prefeito deveria fazer essa limpeza na conjuntura política. Ele nunca se referiu a nenhum vereador, não falou isso sobre os vereadores. Mas eu discordo em um ponto do vice-governador em relação a essa fala, porque o prefeito não fez isso. Ele não “desmamou” essas pessoas. Eu até esperava que o prefeito fizesse dessa forma, como o vice-governador falou, mas ele não fez. Ele continua deixando lá os bezerros mamando e colocando outros para mamar. Infelizmente, essa fala do vice-governador, eu queria que fosse verdade, mas infelizmente não é.

Vereadores do MDB foram base de sustentação do ex-prefeito Rogério Cruz, na época em divergência com a executiva estadual comandada por Daniel Vilela. Agora, o cenário é o contrário. O senhor acredita que possa haver alguma articulação de Daniel pró-Mabel?

Não tenho como falar do posicionamento do MDB em relação ao prefeito Rogério Cruz porque eu não fazia parte do partido à época. Mas em relação ao MDB hoje, é claro que o Sandro tem compromisso com o Daniel, tem compromisso com o

governador Ronaldo Caiado. Mas nesse caso se trata de política e campanha. A minha atuação é muito mais focada na questão administrativa, com a qual eu não concordo. Aquilo que eu julgar correto, vou elogiar, como já elogiei o programa Brilha Goiânia, que realmente tem feito reposição de lâmpadas necessária ao município. Mas aquilo que eu julgar errado, eu vou criticar. Infelizmente, o prefeito Sandro Mabel tem mais atitudes em que cabem críticas do que elogios. Eu tenho que falar da minha atuação, não da dos outros vereadores.

O prefeito Sandro Mabel afirmou na prestação de contas, na quinta-feira, que as falas dele contra vereadores, incluindo o senhor, foram involuntárias. O senhor se sente contemplado com esse pedido de desculpas?

Mesmo que ele não tenha citado meu nome no pedido de desculpas, acredito que ele possa até ter ficado envergonhado ali naquele contexto, eu aceito o pedido de desculpas. Foi uma fala muito infeliz, desde que eu nunca fiz nenhum tipo de ataque pessoal a ele. Todas as minhas críticas foram feitas de forma técnica, de forma respeitosa e sobre temas específicos. Ele me atacou pessoalmente por, acredito, não ter a capacidade de defender com argumentos técnicos aqueles pontos que eu estava criticando e trabalhando, como por exemplo, o meu projeto de revogação da Taxa de Limpeza Pública (TLP), da taxa do lixo. Eu aceito o pedido de desculpas dele, mesmo ele não tendo me citado nesse pedido, mas me citou na hora de fazer essa fala infeliz. Eu faço política olhando para a frente, acredito que o cidadão goianiense já vem sofrendo muito com uma gestão que poderia estar entregando muito e não está entregando. Temos que pensar de que forma vamos construir uma Goiânia melhor para todos e espero que o prefeito Sandro Mabel possa refletir mais sobre suas atitudes e, naquilo que ele discordar do meu posicionamento, que ele apresente os seus argumentos de forma técnica e responsável.

Para além destas polêmicas e ruídos na comunicação, como é que o senhor avalia a condução política do governo Sandro Mabel até aqui?

Para governar é preciso

dialogar, e o prefeito não dialoga. O governo tem que dialogar, tem que fazer o convencimento político não só dos membros da sua base, mas dos membros independentes e da oposição. Espero que reflita e melhore, como já mostrou ao pedir desculpas na prestação de contas. Torço para que faça uma reviravolta na sua gestão e entregue à sociedade aquilo que prometeu e que eu acreditei quando votei nele.

O senhor acredita que tenha clima para aprovação da revogação da Taxa do Lixo em plenário de maneira definitiva?

Eu acho que sim. Está na Comissão de Finanças e cabe ao presidente, vereador Welton Lemos, e ao relator, Coronel Urzêda - que irá apresentar o seu relatório. E tenho convicção de que será favorável a essa revogação. E na prestação de contas do segundo quadrimestre, a Prefeitura nos deu bastante tranquilidade para poder fazer essa revogação. Ela mostrou que não existe calamidade financeira, o município está com superávit de quase R\$ 700 milhões, o município tem fonte de custeio própria para manter a política de resíduos sólidos. A taxa do lixo hoje, como foi mostrado



O município está com superávit de quase R\$ 700 milhões e tem fonte de custeio próprio para manter a política de resíduos sólidos.



Fotos: Divulgação

pela Prefeitura, não é necessária.

O prefeito tem dito que, caso haja revogação, ele vai buscar a responsabilização dos vereadores, porque a criação da taxa seria uma exigência do Marco Legal do Saneamento. Como o senhor vê essa tentativa de dividir a responsabilidade com o parlamento?

Mais uma fala dele sem o menor fundamento. Quero que ele aponte no marco legal, na Lei 14.026/2020, onde está essa obrigatoriedade. O artigo 29 desta lei determina que os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos devem ter sustentabilidade econômico-financeira garantida, que pode ser preferencialmente por meio de tarifas, taxas ou outra forma de custeio. Por que ele não encara o artigo 29 da lei? Ele está colocando uma interpretação equivocada. E quanto à responsabilização, eu quero que ele comprove, que me mostre de onde ele tira essa fala, porque não tem lógica, não tem cabimento. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz a responsabilidade do gestor, do ordenador de despesa. Duas falas que não têm o mínimo embasamento jurídico, são falas totalmente levianas, sem lastro na verdade. Eu não sei de onde ele está tirando isso.

Em sua avaliação, a Câmara tem conseguido manter independência frente às pressões do Paço?

Acredito que sim. Projetos como a revogação da TLP caminharam mesmo com

posicionamento contrário. A CEI da Limpa Gyn foi instalada mesmo com pressão contrária. A Câmara tem conseguido manter sua independência, tem aprovado projetos que considera necessários.

O senhor foi um dos signatários da CEI da Limpa Gyn. Apesar de não fazer parte como membro titular, qual a sua avaliação sobre os trabalhos de apuração?

Eu não tenho acompanhado de perto os trabalhos da CEI da Limpa Gyn porque ainda estão no início, mas acho que tem muito a investigar. Eu defendo que quem não deve, não teme, quem não teme, não treme. Se o consórcio tem convicção de que está fazendo todo o serviço previsto em contrato de forma legal, moral, transparente e ética, não tem por que temer uma CEI. A população, porém, não está recebendo o serviço como deveria. É público e notório que os lixos continuam acumulando. Tem aí várias denúncias de que a Limpa Gyn pega entulho e coloca no caminhão apenas para pesar, porque ela recebe por tonelada. Se isso for verdade, é fraude no contrato. Se está sendo pago tudo corretamente e a cidade continua um caos, algo está errado. Tem que investigar, sim.

Alguns parlamentares cobram o governador Ronaldo Caiado devido ao apoio que ele afiançou a Sandro Mabel nas eleições. O senhor acredita que cabe ao governador intervir para recompor a relação entre Executivo e Legislativo na capital?

A relação entre Executivo e Legislativo municipal é responsabilidade do prefeito. O governador Ronaldo Caiado foi um grande cabo eleitoral do prefeito Sandro Mabel, que é do seu partido, União Brasil. Buscou em pesquisas qualitativas o perfil que o cidadão goianiense queria para a gestão e chegou ao nome do Sandro. O governador Caiado tem contribuído muito com a gestão, tem ajudado bastante o prefeito Mabel, mas o desempenho do prefeito é responsabilidade dele e não do governador. O Sandro tem que assumir as suas responsabilidades.

Eu aceito o pedido de desculpas do prefeito, mesmo ele não tendo me citado nesse pedido, mas me citou na hora de fazer essa fala infeliz.

Como o senhor avalia a pré-candidatura do governador Ronaldo Caiado ao Palácio do Planalto? Acredita que ele será candidato e com qual estrutura partidária?

Eu acredito que será candidato, e isso será muito bom para o país e para Goiás. O governador Caiado tem articulação, posicionamentos claros, ele vai conseguir angariar diversos apoios políticos, é uma candidatura que não divide o nosso país, ele sempre manteve diálogo com todas as frentes políticas, ideologias políticas. O governador tem feito grandes programas sociais importantes, como Aluguel Social e Mães de Goiás, arrumou as contas do estado com austeridade fiscal. É exatamente isso que o Brasil precisa hoje. Acredito, sim, que ele tem feito o papel dele e, ainda assim, é um caminho longo até as convenções. Ele está buscando esse convencimento e eu não tenho dúvida que ele será candidato e o projeto que quer levar para o Brasil ele já mostrou que dá certo em Goiás.

SUPREMO

Sobriedade e busca
de consenso

Advogado constitucionalista e conselheiro federal da OAB avaliam como será gestão de Edson Fachin

Carla Borges

O próprio ministro Edson Fachin deu o tom, ao tomar posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), na segunda-feira (29). Ele disse que sua gestão será guiada por racionalidade, diálogo e discernimento. "O país precisa de previsibilidade nas relações jurídicas e confiança entre os Poderes. O Tribunal tem o dever de garantir a ordem constitucional com equilíbrio", afirmou.

Fachin adiantou que vai buscar estimular o diálogo entre os poderes e a estabilidade institucional. "Nosso compromisso é com a Constituição. Repito: ao Direito, o que é do Direito. À política, o que é da política".

A Tribuna procurou advogados que atuam perante o STF para traçar um perfil do novo presidente da Corte e o que se pode esperar de Fachin. "A expectativa em relação à presidência do ministro Fachin no Supremo é de uma gestão discreta, austera e voltada ao fortalecimento institucional. O ministro é conhecido pelo perfil reservado, muito cioso de suas funções e avesso a holofotes", diz o advogado e conselheiro federal da OAB Pedro Paulo de Medeiros.

"Se recordarmos o discurso de posse do ministro Fachin, guarda muito simbolismo e um norte sobre como será sua presidência, que vejo que trará uma sobriedade institucional e uma busca de consenso. Em um contexto em que o Supremo tem sido chamado a decidir sobre temas de grande impacto político-social, essa sinalização é relevantíssima", completa Matheus Costa, advogado constitucionalista

PROTEÇÃO DE MINORIAS

Pedro Paulo acrescenta que no campo criminal, Fachin sempre demonstrou postura garantista em favor dos mais vulneráveis e dos direitos fundamentais. "Mas agia com rigor quando se tratava de casos de criminalidade econômica ou de colarinho branco, como se viu na



Divulgação

Ministro Fachin, em sua posse: "Nosso compromisso é com a Constituição"

Lava Jato", observa.

Já nas pautas de direitos sociais e proteção de minorias, Fachin deve manter a linha de firme defesa dos mais frágeis, coerente com sua trajetória ligada a movimentos sociais e à academia, avalia o conselheiro federal.

Matheus Costa acredita que o presidente deverá conduzir a corte com foco, não só na técnica jurídica e na eficiência administrativa, mas, principalmente, em busca de fato de um diálogo institucional. "Ele deve se afastar de disputas personalistas, ideológicas e político-partidárias", aposta.

ATIVISMO

Um ponto controverso sobre a atuação do Supremo é em relação ao chamado ativismo judicial, por meio do qual o Judiciário assume o protagonismo em diversas áreas. Para Pedro Paulo, a tendência é que o ministro procure reforçar o diálogo institucional, com sobriedade e discrição, "sem abrir mão da função contramajoritária que cabe ao Supremo". "Nesse início de gestão, certamente temas ligados à democracia, ao equilíbrio entre os Poderes e à efetividade dos direitos fundamentais devem se destacar, sempre com a marca de uma atuação técnica, serena e comprometida com o Estado de Direito", acredita.

Matheus Costa destaca que o ativismo judicial não é um fenômeno brasileiro. "Vejo que ele (Fachin) tende a enfrentar essas críticas com a postura mais de autocontenção, de uma clareza argumentativa, de transparência nas decisões", conclui.

Tribuna
Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com

▶ **Decisão inédita em Goiás prorroga dívida rural sem negativa do banco**

Pela primeira vez, o Judiciário de Goiás reconheceu a possibilidade de prorrogação de dívida rural mesmo após o vencimento do contrato e sem que o banco tivesse se manifestado formalmente sobre o pedido administrativo. Até então, a jurisprudência majoritária em Goiás exigia que o produtor solicitasse a prorrogação antes do vencimento da parcela e que o banco emitisse uma negativa expressa para que ele pudesse agir na via judicial.

▶ **Silêncio**

O novo entendimento rompe com essa prática ao considerar que o silêncio da instituição financeira já configura uma violação ao direito do produtor. A decisão foi conquistada pela advogada Márcia de Alcântara, especialista em Direito Agrário e do Agronegócio e integrante do escritório Celso Cândido de Souza Advogados, e diz respeito ao caso de um agropecuarista de Goiânia que tinha uma dívida

de R\$ 1,2 milhão e há um ano tentava a renegociação.

▶ **Negativa tácita**

Segundo a advogada, a estratégia foi demonstrar que a omissão do Sicoob equivalia a uma negativa tácita, especialmente diante do prazo legal para resposta. "Argumentamos que a inércia da instituição financeira não pode ser usada como escudo para impedir o exercício do direito de ação. O juiz acolheu essa tese, reconhecendo que a omissão não pode obstruir o acesso ao Judiciário", acrescenta.

▶ **Relevância**

Para os produtores rurais, o efeito prático é importante. "O produtor, diante da ausência de resposta, ficava em situação de insegurança jurídica e vulnerabilidade econômica", explica Márcia. Embora ainda seja uma decisão isolada, o resultado pode abrir precedente para outros casos semelhantes. O direito à prorrogação das dívidas está previsto no Manual de Crédito Rural, que disciplina as condições básicas do crédito rural, sem exigir requerimento prévio antes do vencimento da parcela.

Feminicida condenado a 67 anos

O Tribunal do Júri da comarca de Mineiros condenou, na quarta-feira (1º), José Wagner da Silva a 65 anos, 1 mês e 18 dias de reclusão em regime inicial fechado, pelo feminicídio qualificado de Mirella (nome social, registrada como Eric Brito Santos), além de 2 anos, 6 meses e 2 dias de detenção pelo crime de fraude processual.

Homofobia

O Conselho de Sentença reconheceu a autoria e materialidade do crime praticado contra Mirella, jovem de 23 anos, motivado por homofobia, com emprego de fogo e recurso que dificultou sua defesa. Também ficou comprovada a fraude processual, já que o réu tentou apagar vestígios e destruiu o corpo com fogo.

**Resgate da OAB**

O advogado e ex-presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) Benedito Torres Neto recebeu das mãos do presidente da OAB-GO, Rafael Lara, sua carteira de advogado depois de 35 anos atuando como promotor e procurador de Justiça (foto). Ele resgatou sua carteira da OAB com o mesmo número de sua primeira inscrição, 9.515. "Fico feliz em retornar a essa vocação tão querida e por poder fazê-lo com o mesmo número da minha primeira inscrição na Ordem", disse Benedito.



O código-fonte é o que garante que o sistema é inexpugnável, mas ser inexpugnável não significa ser um mistério



Cármen Lúcia, presidente do TSE, durante abertura dos códigos-fonte dos sistemas eleitorais e da urna eletrônica que serão usados na eleição de 2026

ALEGO

Deputados recebem proposta orçamentária de R\$ 53,4 bilhões para 2026

Hellen Reis

Projeto da Lei Orçamentária Anual já está na Alego e deve ter relatoria definida nos próximos dias

Arthur Oliveira*

O Governo de Goiás encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026. O texto, que estima receita e despesa no montante de R\$ 53,4 bilhões, será remetido na próxima semana à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento. Caberá ao presidente do colegiado, deputado Wagner Camargo Neto (Solidariedade), designar relator e definir o calendário de tramitação da matéria, que deve ficar sob responsabilidade do deputado Lineu Olímpio (MDB).

De acordo com o projeto, a receita prevista representa crescimento de 13,8% em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, chegando a uma Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 47,3



Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento receberá o projeto da LOA de 2026

bilhões. Essa base serve para calcular limites de despesas com pessoal, emendas impositivas e a reserva de contingência. A arrecadação projetada é sustentada principalmente pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estimado em R\$ 19 bilhões, seguido pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de R\$ 1,4 bilhão;

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), de R\$ 3,4 bilhões; transferências da União, de R\$ 11 bilhões; além do Fundo de Proteção Social do Estado (Protege), com R\$ 1,09 bilhão, e do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra), com R\$ 1,05 bilhão.

Do lado das despesas, a folha de pessoal segue como o principal peso do orçamento, respondendo por R\$ 29,4

bilhões, o equivalente a 56,4% do total. Dentro desse valor, R\$ 14,8 bilhões estão reservados para servidores ativos do Executivo e R\$ 8,7 bilhões para inativos, enquanto o déficit previdenciário projetado é de R\$ 5,6 bilhões, conforme dados da GoiásPrev.

Além disso, o serviço da dívida pública consumirá R\$ 405,1 milhões em juros e encargos, e R\$ 971,2 milhões

em amortizações. Já os gastos com custeio e investimento, excluídas as despesas com pessoal, somam cerca de R\$ 18 bilhões. As despesas correntes, como manutenção de unidades e outras operações representam 23% do orçamento inicial, e os investimentos ocupam 8,4% do total previsto.

Na divisão geral, o orçamento fiscal corresponde a R\$ 35 bilhões; o da seguridade social, a R\$ 16,3 bilhões; e os investimentos, a R\$ 1,24 milhão. Para o governo, a projeção reflete tanto o crescimento da arrecadação estadual quanto os desafios para manter o equilíbrio fiscal diante do peso das despesas obrigatórias.

Com o envio do projeto, a expectativa agora recai sobre os debates na Assembleia Legislativa, onde deputados terão de avaliar prioridades e possíveis ajustes antes da votação final. A discussão do orçamento irá definir como serão distribuídos os recursos públicos em áreas estratégicas, como saúde, educação, infraestrutura e segurança, no próximo ano.

*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia

ALIENAÇÃO

Com valor acima da expectativa, CelgPar é leiloada por mais de R\$ 227 milhões

O leilão para alienação de ações da Companhia Celg Participações (CelgPar) arrecadou R\$ 227,3 milhões para o Governo de Goiás durante a sessão pública na sede da B3, bolsa de valores brasileira, em São Paulo, nesta sexta-feira (3/10). O valor é 16,8% maior ao preço mínimo estimado, que era de R\$ 194,6 milhões. Os lotes foram arrematados pela empresa Órion Transmissão, EDP Goiás, Neoenergia Renováveis e Hy Brazil Energia.

Empresa de sociedade de economia mista e capital autorizado, a CelgPar tinha até então o Estado de Goiás como acionista majoritário e operava duas pequenas centrais hidrelétricas, além de quatro usinas fotovoltaicas.

“Estamos levando para Goiás grandes empresas”, avaliou o governador Ronaldo Caiado, que acompanhou o leilão na B3. Ele destacou que o valor arrecadado será todo destinado ao Fundo de Previdência do Estado. “O nosso objetivo é cada vez mais dar um teto maior para que os nossos aposentados tenham menor desconto. Com estas ações a gente melhora a vida das pessoas”, garantiu.

No leilão, foram ofertados quatro lotes: 25% das ações ordinárias da Energética Corumbá III com mais 50% das ações preferenciais da mesma empresa, totalizando 37,5% do capital social completo da companhia. Venceu a Neoenergia com o lance de R\$ 91,8 milhões. Para 100% das ações de emissão

da Firminópolis Transmissão e 100% das ações de emissão da Lago Azul Transmissão, o lance ganhador foi da EDP Goiás com a oferta de R\$ 83,6 milhões.

Já para o lote de 49% das ações de emissão da Pantanal Transmissão, o lance vencedor foi da Órion Transmissão, que ofereceu R\$ 43,1 milhões. Por fim, os 20% das ações de emissão da Energética Fazenda Velha foram arrematadas pela Hy Brazil Energia, que fez um lance de R\$ 8,7 milhões. Aos novos investidores do Estado, Caiado se colocou à disposição ao lembrar que os empresários contribuem para alavancar o estado. “Sem vocês não tem emprego. Acreditam em nosso estado. O que eu quero é ter essa parceria”, sublinhou.

Para o diretor-presidente interino da CelgPar, Adriano da Rocha Lima, os ativos oferecidos têm grande potencial de atratividade. “Fizemos todo processo com transparência, lisura e capacidade técnica”, afirmou ao destacar o valor arrecadado. “Como já era esperado, tivemos um ágio significativo, acima de 30% desses lotes, o que mostra que havia interesse do mercado”, avaliou.

O processo para a sessão pública teve a aprovação dos investidores. “Parabéns governador Caiado pela excelente organização do leilão”, afirmou o diretor executivo Neoenergia, Carlos Choqueta. “É um prazer participar dessa alienação, uma empresa de muito sucesso e muitos anos em um belo estado.

Sou goianiense e fico muito contente”, afirmou o gerente de infraestrutura da XP/Órion Transmissão, Túlio Machado.

COMO FUNCIONA

A modalidade leilão de ações é um processo no qual os ativos de uma empresa são adquiridos ou vendidos por investidores na Bolsa de Valores. Ela proporciona um ambiente controlado para a negociação, além de garantir maior transparência e credibilidade. “É uma honra ter o Governo de Goiás na nossa parceria, aqui como apoiadores para a estruturação e para a apresentação de bons projetos, como de hoje”, pontuou o diretor de relacionamento da B3, Rogério Santana.

JUSTIÇA

Caiado aciona STF para que União garanta repasses devidos à saúde de Goiás

Wesley Costa

Ação aponta desequilíbrio e falta de critérios na definição de valores, além de omissão do governo federal. Estado teve queda nos recursos recebidos para a saúde

Da Redação

A falta de critérios, o desequilíbrio e a omissão da União nos repasses destinados à saúde de Goiás levaram o governador Ronaldo Caiado a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na Ação Cível Originária (ACO) protocolada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), nesta quinta-feira (2/10), o governo estadual aponta que os valores repassados são insuficientes para o custeio do sistema. Goiás acumula mais de R\$ 1,2 bilhão de prejuízo em três anos.

"Hoje, o cidadão goiano recebe 0,6% menos recursos per capita em relação a outros estados, simplesmente porque o governador Ronaldo Caiado não comunga com a metodologia e a forma do PT de governar", afirmou o chefe do Executivo goiano em entrevista coletiva

nesta sexta-feira (3/10). "Talvez, na cabeça do presidente Lula, o valor ponderal da vida em Goiás vale menos do que em estados que ele goste mais", acrescentou.

De acordo com a Constituição Federal e a lei complementar 141/2012, a cada cinco anos a União deve atualizar os critérios de rateio para verba da saúde, fato que não ocorre desde 2012. Hoje, Goiás é o 11º estado em população, mas o 19º em repasses per capita. Essa falta de transparência ocasionou o aumento dos repasses a 22 estados, enquanto o território goiano teve queda. "O governo federal não apresenta nenhum critério do porquê excluir Goiás deste pagamento", ressaltou Caiado.

A inércia da União tem provocado a sobrecarga das contas do Estado, que avançou nos últimos anos com abertura de novos hospitais e policlínicas para atendimento via SUS na capital e no interior. "Goiás está pagando o que é dever federal", pontuou, revelando que a gestão estadual tem destinado para a saúde acima dos 12% exigidos em lei. "Em 2023, investimos R\$ 4,13 bilhões, o que representou 13,9% da receita. Em 2024, foram R\$ 4,73 bilhões, equivalente a 14,3%. Em 2025, estamos investindo 17,2%. Ou seja, 50% a mais do que é obrigação constitucional. Veja a disparidade", sublinhou.

Dados de 2024 mostram a diferença entre os repasses da União e o custeio real de algu-



Caiado aciona STF para garantir o pagamento de R\$ 1,2 bilhão de repasses do governo federal à saúde de Goiás

mas unidades de saúde em Goiás. Um dos exemplos é o Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol) que recebeu apenas R\$ 73,9 milhões do governo federal, enquanto o Estado destinou R\$ 412 milhões, e o Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), em que a União repassou R\$ 35 milhões, e Goiás investiu R\$ 210 milhões.

Diante da situação, Caiado declarou que espera do STF: o reconhecimento da omissão da União; a exigência de critérios transparentes; a reposição do teto de média e alta complexidade (MAC) para 2023, 2024 e 2025; e a inclusão do custeio permanente do Hospital Estadual de Águas Lindas (Heal). "Minha posição é de acreditar que o Poder

Judiciário tomará posição diante de uma situação grave dessas", arrematou.

DIÁLOGO EM VÃO

Antes de recorrer à Justiça, o Governo de Goiás tentou diálogo por diversas vezes junto ao Ministério da Saúde para tentar solucionar as questões. "Estive em mais de uma oportunidade em Brasília, junto à então ministra Nísia Trindade. Protocolamos mais de uma vez esse documento, pedindo a recomposição do teto MAC e o custeio do Hospital de Águas Lindas, que inclusive a própria ministra participou da inauguração, pedindo R\$ 55 milhões para compor o valor e custear o hospital, que custa R\$ 112 milhões/ano. Foi tentado de diversas formas, e não obtivemos êxito", informou o secretário de Estado da Saúde,

Rasível dos Reis.

O hospital em questão foi inaugurado em junho do ano passado com a promessa de custeio por parte do governo federal. No entanto, só houve a transferência de R\$ 1 milhão, enquanto o Estado aplicou mais de R\$ 24,4 milhões para o funcionamento em 2024.

O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, disse que, como Goiás, outros estados prejudicados podem entrar com respectivas ações para cobrar do governo federal o que é devido. "É de se imaginar que nossa iniciativa gere algum incentivo aos demais estados, seja para o ajuizamento de ações cíveis pelos demais entes, seja por meio da adesão à nossa ação na condição de amicus curiae (terceiro)", comentou o responsável pela ACO protocolada junto ao STF.

RANKING

Goiás alcança 2º lugar no Índice de Transparência e Governança Pública

O Estado de Goiás alcançou a segunda posição nacional no Índice de Transparência e Governança Pública 2025, divulgado nesta terça-feira (30/9) pela ONG Transparência Internacional – Brasil, ficando atrás apenas do Espírito Santo, que obteve 95 pontos. Com 93,4 pontos, o governo goiano recebeu a classificação "Ótimo", consolidando-se entre os estados mais transparentes do país. O ranking considera os 26 estados

brasileiros e o Distrito Federal.

Na avaliação anterior, Goiás estava em 5º lugar, com 83 pontos. O salto de três posições e o aumento de mais de 10 pontos na pontuação refletem o compromisso do governo estadual em ampliar e aprimorar, cada vez mais, o acesso à informação para os cidadãos.

O levantamento analisa oito dimensões de transparência e governança. Goiás superou os 90 pontos em sete delas,

e pontuação máxima em três: Legal, Transformação Digital e Dados. "O Governo de Goiás está entre os seis estados que alcançaram um nível de transparência 'ótimo', demonstrando maturidade na maior parte dos indicadores avaliados", diz o relatório da ONG sobre o desempenho goiano.

O texto também destaca os principais pontos positivos do Estado: "existência de normas sobre interações com grupos

de interesse e de proteção ao denunciante; disponibilização de sistema completo de agendamento digital de serviços públicos; promoção da inovação nas políticas de transparência e combate à corrupção por meio de laboratório de inovação; e publicação de Planos de Dados Abertos vigentes, inventário e catálogo de dados abertos disponíveis".

Esse resultado reflete o desempenho contínuo do

Estado, que também se destacou em avaliação semelhante realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em 2024, sendo o primeiro e único estado a atingir a pontuação máxima de 100% na avaliação anual de transparência pública, recebendo selo diamante, o nível mais alto, consolidando-se assim Goiás como referência em governança e responsabilidade na administração pública.

LIMPEZA URBANA

Sob ameaça de revogação, Taxa do Lixo rende R\$ 13 milhões por mês ao Paço

Fotos: Divulgação



Prefeito Sandro Mabel sustenta que a Taxa do Lixo é obrigatória por lei federal e ameaça responsabilizar vereadores que aprovarem a revogação da cobrança

Lucas de Godoi

A Taxa de Limpeza Pública (TLP), conhecida como Taxa do Lixo, garantiu R\$ 13,7 milhões em setembro à Prefeitura de Goiânia, conforme o Portal da Transparência. Criada no fim de 2024, após articulação do prefeito Sandro Mabel (UB) com a Câmara e sancionada pelo ex-prefeito Rogério Cruz (SD), a TLP passou a ser cobrada em julho deste ano, após sucessivos adiamentos por dificuldades técnicas no sistema de arrecadação. Nos três primeiros meses, o montante recebido somou R\$ 15.262.091,81.

“Se eu vetar e derrubarem, vão responder com o CPF deles”, diz Sandro Mabel

Na última quinta-feira (2), o prefeito Sandro Mabel (UB) publicou decreto de crédito suplementar de R\$ 13,27 milhões para transferir estes recursos à rubrica de limpeza urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Seinfra). A pasta é responsável pelos pagamentos ao Consórcio Limpa Gyn, que realiza a coleta e destinação dos resíduos sólidos da capital.

O documento justifica que a suplementação decorre do “excesso de arrecadação proveniente da Taxa de

Limpeza Pública (TLP)”, sendo necessária “para assegurar a execução orçamentária plena e tempestiva das ações previstas, em consonância com o princípio da legalidade e com o planejamento orçamentário pactuado”.

Pela regra, o valor mínimo da Taxa de Limpeza Pública (TLP) em 2025 é de R\$ 21,50 por mês. A cobrança é realizada na conta de água da Saneago, no caso de imóveis edificados, e por guia própria para imóveis não edificados. O objetivo declarado da Prefeitura é custear os serviços de coleta,

transporte e destinação do lixo urbano com fonte exclusiva de receita.

CRITÉRIOS

De acordo com a lei, todos os imóveis residenciais e comerciais até o limite de 100 litros de resíduos por dia são contribuintes da Taxa de Limpeza Pública. Estão isentos 89.515 imóveis enquadrados no IPTU Social, mas que precisam solicitar o desequilíbrio. Mais de 1.600 grandes geradores, como condomínios horizontais e verticais, hospitais, farmácias e

shoppings, também estão isentos porque já são responsáveis pelo manejo dos próprios resíduos.

Dessa forma, do total de 728.785 imóveis cadastrados em Goiânia, cerca de 637,6 mil contribuintes efetivamente pagam a taxa. Considerando a cobrança mínima de R\$ 21,50 mensais, iniciada em julho de 2025 após isenção dos primeiros seis meses, a arrecadação prevista é de aproximadamente R\$ 13,7 milhões por mês, o que resultará em R\$ 82,2 milhões no exercício de 2025.

Revogação da cobrança foi aprovada em Plenário

Apesar da receita já registrada, a taxa enfrenta resistência política diante de reclamações de irregularidades nos serviços de limpeza urbana, somado às investidas da Comissão Especial de Inquérito (CEI), que apura o cumprimento do contrato do Consórcio Limpa Gyn.

Em setembro, os vereadores aprovaram em primeira votação no Plenário, com 20 votos favoráveis e 12 contrários, projeto apresentado pelo vereador Lucas Vergílio (MDB) que revoga a cobrança.

Atualmente, a proposta está em análise na Comissão de Finanças da Câmara, presidida por Welton Lemos (SD), também presidente da CEI do Limpa Gyn. O relator da matéria é Coronel Urzêda (PL), que já declarou voto favorável à revogação e tem feito críticas à cobrança.

Segundo Urzêda, a taxa “pesa no bolso do contribuinte e foi criada sem debate popu-

lar”. O parlamentar defende que o serviço continue a ser bancado pelo orçamento geral da Prefeitura, e não por meio de uma taxa adicional.

VETO

Do lado do Executivo, o prefeito Sandro Mabel promete vetar a proposta, se aprovada em segunda votação no Plenário, e ameaça buscar a responsabilização de vereadores a partir da interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal. O autor da proposta de revogação, Lucas Vergílio, contesta. (leia nas páginas 4 e 5).

“Se eles aprovarem essa lei lá, que tira a taxa de lixo, nós vamos vetar. Se eles derrubarem o veto, vão ser todos enquadrados na lei de responsabilidade, porque não é só o Executivo que é enquadrado. O Legislativo também é enquadrado. Então, vão responder com o CPF deles”, disse o prefeito.

Mabel alega que a cobrança é

SAIBA MAIS

O que diz a lei da Taxa do Lixo?

- ✓ Lei nº 11.304/2024: instituiu a TLP em Goiânia.
- ✓ Decreto nº 2.588/2025: regulamentou a cobrança.
- ✓ Fato gerador: serviços de coleta, transporte, reciclagem e destinação do lixo urbano.
- ✓ Cobrança: junto à conta de água, em 12 parcelas, com desconto de 10% à vista.
- ✓ Valores: mínimo de R\$ 258 e máximo de R\$ 1.600 por imóvel, corrigidos pelo IPCA-E.
- ✓ Isenções: imóveis residenciais até R\$ 173,4 mil (IPTU Social) e grandes geradores.
- ✓ Subsídio da Prefeitura: cobre 75% do custo em 2025, caindo gradualmente até 50% em 2028.

obrigatória por força do Marco Legal do Saneamento, que obriga os municípios a manter fonte de custeio para os serviços de limpeza. Ele também cita a Lei de Responsabilidade Fiscal, que considera a revogação da taxa como renúncia de receita. No entanto, vereadores apontam que a receita da taxa não consta na previsão orçamentária para

2025 e, por isto, não implica em renúncia fiscal.

Segundo o prefeito, Goiânia arrecada bem menos do que gasta com o lixo.

CONTEXTO FISCAL

A Prefeitura de Goiânia apontou, em prestação de contas na quinta-feira (2), superávit primário de R\$ 678 milhões, o melhor

em pelo menos cinco anos. O resultado positivo ocorre em meio ao discurso oficial de crise administrativa e financeira, que inclui passivo estimado em cerca de R\$ 5 bilhões, considerando dívidas históricas.

A receita total do período chegou a R\$ 6,6 bilhões, o que representa crescimento real de 6,61% em relação ao mesmo intervalo de 2024, quando o montante arrecadado foi de R\$ 5,9 bilhões. Do lado das despesas, houve uma redução de 10,57% em relação ao mesmo período de 2024, passando de R\$ 6,2 bilhões para R\$ 5,9 bilhões entre janeiro e agosto deste ano.

A Tribuna do Planalto questionou a Prefeitura de Goiânia sobre a arrecadação da taxa e sobre o projeto legislativo que revoga a cobrança. Em nota, a Secretaria da Fazenda informou que “não trabalha com a hipótese de revogação da Taxa de Limpeza Pública (TLP)”.

ANÁPOLIS

Após sancionar a “Lei João Victor”, Corrêa fecha cerco contra empresas

Legislação endurece regras para fiação em postes e Prefeitura de Anápolis intensifica fiscalizações após morte de criança

Carlos Nathan Sampaio

O prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), vem adotando uma postura cada vez mais firme diante das concessionárias e empresas de telecomunicações que utilizam a rede de postes para lançar cabos e fiações na cidade. Desde a sanção da “Lei João Victor”, publicada no Diário Oficial na última terça-feira (30), a gestão municipal promete apertar o cerco contra o descaso que, segundo o Executivo, já custou vidas e gera riscos diários à população.

A lei leva o nome de João Victor Gontijo Oliveira, menino de apenas 10 anos que morreu no dia 19 de setembro após sofrer uma descarga elétrica em decorrência da fiação irregular. O caso causou grande comoção em Anápolis e se tornou símbolo da luta pela responsabilização das empresas. Ao sancionar a norma, Corrêa afirmou que não permitirá “jogo de empurra” entre concessionárias e prestadoras de serviços.

“Na reunião com o Ministério Público e a Equatorial, deixamos claro que não vamos cruzar os braços enquanto a concessionária e as empresas seguem no jogo de empurra que já custou a vida do pequeno João Victor. Agradeço ao Ministério Público pelo apoio e pela sensibilidade de entender a importância de defendermos o interesse do cidadão”, declarou o prefeito.

O QUE PREVÊ A LEI JOÃO VICTOR

A Lei João Victor dispõe sobre

Reprodução/Instagram



Fiação elétrica irregular em Anápolis

SAIBA MAIS

Entre os principais pontos da legislação, destacam-se:

- ✓ Remoção imediata de fios inutilizados: empresas concessionárias devem retirar, sem ônus para a administração pública, todo material em desuso ou que represente risco;
- ✓ Prazo curto para adequações: notificadas, as empresas têm até 72 horas para regularizar fios desnecessários e até 24 horas em casos emergenciais que representem risco imediato;
- ✓ Responsabilidade clara: cabe à concessionária de energia elétrica notificar prestadoras de serviços que utilizem seus postes, garantindo que cabos e equipamentos sejam realinhados;
- ✓ Identificação obrigatória: em até 180 dias, todas as fiações deverão conter plaquetas de identificação com nome da empresa e contato de emergência 24h;
- ✓ Multas progressivas: o descumprimento pode gerar multa de até R\$ 5 mil, que dobra a cada reincidência;
- ✓ Relatórios periódicos: concessionárias deverão encaminhar mensalmente à Prefeitura relatórios de retirada e alinhamento de cabos, além de documentações solicitadas.

a ordenação do espaço urbano e estabelece a obrigatoriedade do alinhamento dos fios nos postes, cabendo às empresas de energia elétrica, telecomunicações e demais prestadoras de serviços manterem suas estruturas em conformidade com normas técnicas e de segurança.

O texto ainda veda a utilização de postes de praças públicas, viadutos e outros equipamentos municipais para instalação de cabos sem autorização. Em caso de risco à segurança, a empresa responsável tem até 24 horas para sanar a irregularidade.

FISCALIZAÇÃO INTENSIFICADA

Paralelamente à sanção da lei, a Prefeitura anunciou que reforçará as equipes de fiscalização. O objetivo é receber denún-



cias da população, vistoriar ruas e notificar imediatamente empresas que descumprirem as normas. Segundo Corrêa, trata-se de “um marco para transformar a cidade em um espaço mais seguro e organizado”.

Na prática, a gestão municí-

pal já trabalha em conjunto com o Ministério Público de Goiás (MPGO) para criar um protocolo de atuação. Sempre que houver identificação de fios soltos, caídos ou mal instalados, a Prefeitura notificará a concessionária de energia, que terá prazo reduzido para repassar a ordem à empresa responsável. Caso não haja cumprimento, o município poderá agir diretamente, removendo o material irregular e aplicando multas.

IMPACTO ESPERADO

Para o prefeito, a Lei João Victor é mais do que uma resposta a uma tragédia. “Estamos criando mecanismos que podem evitar novos acidentes. Não vamos permitir que a desorganização da fiação continue colocando vidas em risco e

prejudicando a paisagem urbana”, disse Corrêa.

Especialistas em segurança urbana também veem na lei um avanço. Além de aumentar a proteção dos moradores, a medida pode reduzir custos com acidentes, incêndios e quedas de energia provocadas por cabos emaranhados.

A Equatorial Energia e empresas de telecomunicação, por sua vez, terão que se adaptar rapidamente às novas regras. A exigência de relatórios mensais e a obrigação de identificar todos os cabos em até seis meses são vistas como mudanças que exigirão investimento e maior coordenação entre prestadoras de serviços.

PRESSÃO SOBRE EMPRESAS

O endurecimento da fiscalização e a aplicação de multas representam um desafio para empresas que, até então, operavam em meio à desorganização da infraestrutura. A Prefeitura garante que não recuará diante de pressões. “A vida de uma criança não pode ser colocada em segundo plano. Temos respaldo jurídico e apoio do MP para agir com firmeza”, reforçou Corrêa.

A lei também cria mecanismos de denúncia popular, permitindo que qualquer cidadão comunique irregularidades pelos canais já disponíveis da administração municipal. Isso amplia a participação da sociedade e pressiona empresas a responderem com maior agilidade.

A morte de João Victor transformou-se em bandeira de mobilização para familiares, autoridades e a sociedade anapolina. A criação da lei que leva seu nome busca não apenas evitar novos casos, mas também reforçar a noção de que a desorganização urbana tem consequências reais e graves.

Com a sanção, Anápolis se torna uma das cidades goianas com legislação mais rigorosa sobre ordenamento de fiação aérea. O desafio agora será garantir que as regras sejam cumpridas e que a fiscalização seja eficiente para que tragédias como a ocorrida em setembro não voltem a se repetir.

Prefeitura já retirou 8 toneladas de fios irregulares

A Prefeitura de Anápolis intensificou nesta semana a retirada de fios irregulares em vários pontos da cidade para

aumentar a segurança. A Secretaria de Obras, via Gerência de Iluminação, montou uma força-tarefa que já removeu

cerca de 8 toneladas de cabos soltos em áreas de risco.

A operação também cumpre a Lei nº 4.493/2025 (Lei João

Victor), que obriga empresas de telecomunicações a recolherem os fios após o uso, sob pena de multa de até R\$ 5 mil. Moradores

podem denunciar irregularidades pelo aplicativo Conecta Anápolis, Zap da Prefeitura ou telefone 156.

ESCOLA

POLÊMICA

Goiás abre 10 mil vagas em colégios militares

Divulgação



São 82 colégios militares que atendem mais de 500 mil alunos em Goiás

MEC e ONU pedem fim do modelo e apontam riscos à modalidade, enquanto estudos destacam melhorias em desempenho e disciplina

Dhayane Marques

De 7 a 31 de outubro estarão abertas as inscrições para estudantes que desejarem ingressar em um dos 82 colégios militares de Goiás. O edital divulgado prevê quase 10 mil vagas para o próximo ano letivo, além de um cadastro de reserva com 790 nomes. A procura costuma ser alta e o processo de seleção será realizado de forma digital, com sorteios transmitidos ao vivo. Desde 2024, os alunos matriculados recebem ainda uma bolsa uniforme no valor de R\$ 970.

Com mais de 500 mil alunos matriculados em 82 unidades espalhadas por 61 municípios, os colégios militares de Goiás se consolidam como uma alternativa significativa à rede pública tradicional, atraindo atenção de famílias, gestores e especialistas. O governo estadual utiliza esses dados para reforçar a narrativa de eficiência e qualidade do modelo, mostrando que, além de disciplinar, a estrutura tem capacidade de atender a grande escala e influenciar positivamente indicadores educacionais em todo o estado.

O acesso aos CEPMGs é feito por sorteio público, regulamentado por edital do comandante-geral da PMGO. Inscrições acontecem entre setembro e outubro, e o sorteio é transmitido ao vivo no canal do Comando de Ensino

no YouTube. As matrículas seguem cronograma presencial, com apresentação de documentação e histórico escolar. Esse processo reforça o caráter seletivo das unidades, ainda que seja tecnicamente "aberto", refletindo a tensão entre acesso universal e manutenção de padrão elevado de disciplina e desempenho.

A expansão confirma Goiás como o estado com maior rede de escolas cívico-militares do país, modelo que ganhou corpo durante o governo Jair Bolsonaro, foi encerrado pelo governo Lula em 2023 e segue como tema de disputa política, judicial e pedagógica. O movimento de militarização escolar divide especialistas: enquanto alguns apontam ganhos em disciplina e desempenho, outros denunciam autoritarismo, exclusão de estudantes e desvio de foco das políticas públicas prioritárias.

PROJETOS E INOVAÇÃO

Os CEPMGs não se limitam à disciplina militar. Em 2023, Goiás lançou o Projeto de Robótica Educacional nos colégios, com investimento de R\$ 10 milhões, capacitação docente e kits tecnológicos para alunos do Ensino Fundamental II. A meta é expandir para todas as séries até 2026, consolidando a ideia de que a escola militar pode, ao mesmo tempo, formar cidadãos e promover

habilidades técnicas.

O QUE DIZEM OS ESTUDOS

Uma pesquisa publicada em 2021 pelo pós-doutor Jevuks Matheus de Araújo, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), avaliou cerca de 66 mil alunos de 60 escolas goianas entre 2007 e 2020. Os resultados apontam queda de 10% na reprovação, avanços de 15 pontos em matemática e de 11,6 em português, além de maior segurança no ambiente escolar. Para o pesquisador, há "evidências robustas" de que a militarização em Goiás teve impacto positivo no desempenho.

Outros estados, como Paraná e Roraima, também divulgam índices favoráveis, relacionando o modelo à redução da violência. Entretanto, especialistas em educação lembram que essas escolas recebem recursos extras e selecionam parte de seu público, o que pode distorcer os resultados. "Não é a militarização em si, mas o conjunto de condições que fazem diferença", afirma Miriam Fábria, professora da Universidade Federal de Goiás (UFG) e integrante da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação.

O CONTRAPONTO DO MEC E DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

No plano federal, a avaliação é menos entusiasmada.

Em 2023, o Ministério da Educação revogou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) e argumentou que o modelo não encontra respaldo na Constituição nem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O MEC defende que a escola pública deve se manter como espaço plural e democrático, "livre de intervenções que não estejam alinhadas com os valores republicanos e educacionais consagrados pela Constituição".

O Todos Pela Educação também critica a iniciativa. Para a entidade, o modelo cívico-militar "foi pedagógica e juridicamente equivocado", desviando recursos de prioridades urgentes como a melhoria do Novo Ensino Médio, a ampliação do tempo integral e o combate à evasão escolar. "A educação pública precisa enfrentar desigualdades históricas, não importar um regime disciplinar que exclui parte dos estudantes", declarou a organização em nota.

DISPUTA POLÍTICA E JUDICIAL

Em São Paulo, a tentativa do governador Tarcísio de Freitas de criar 100 novas unidades enfrenta batalhas judiciais e resistência de entidades estudantis e sindicais. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal, onde ações de inconstitucionalidade questionam a presença de

policiais militares na gestão escolar. A Organização das Nações Unidas (ONU) também recomendou, em 2024, a proibição da militarização de escolas públicas brasileiras, argumentando que a prática fere direitos da criança e do adolescente.

Já em Goiás, o modelo não apenas foi consolidado como ganhou novas vagas. O estado, governado por Ronaldo Caiado (União Brasil), considera as escolas cívico-militares um cartão de visitas de sua política educacional.

ENTRE DISCIPLINA E EXCLUSÃO

As percepções sobre os efeitos do sistema seguem divididas. Defensores argumentam que a presença militar traz disciplina, segurança e melhores resultados acadêmicos. Críticos alertam para a violação de direitos e a imposição de um modelo autoritário. Segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), "essas escolas retiram dos alunos liberdade de expressão e enfraquecem o pensamento crítico".

Pesquisadores também destacam riscos de exclusão de jovens periféricos, negros, LGBTQ+ e neurodivergentes, menos tolerados às regras rígidas de conduta. Há ainda questionamentos sobre desigualdade salarial: em alguns estados, militares da reserva recebem mais que professores para atuar em funções escolares, apesar de não terem formação pedagógica.

DEBATE EM ABERTO

O avanço do modelo militarizado em Goiás e em outros estados mostra que, apesar da decisão federal de encerrar o programa, o debate sobre o papel das Forças Armadas e das polícias militares na educação básica está longe do fim. Para uns, trata-se de uma solução eficiente contra a violência e o fracasso escolar. Para outros, é um retrocesso que ameaça a essência democrática da escola pública.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Mudanças no futebol brasileiro agradaram?

A Confederação Brasileira de Futebol anunciou esta semana mudanças importantes no calendário e no formato das competições do futebol brasileiro para o período de 2026 a 2029. As novidades vão impactar as competições organizadas pela entidade e já estarão em vigor para a temporada do ano que vem. Os estaduais, por exemplo, passarão a ter 11 datas, antes eram 16, a Copa do Brasil terá final em jogo único, foi criada a Copa Sul-Sudeste e a Copa Verde sofrerá várias alterações.

A Copa do Brasil será ampliada de 122 para 155 partidas, com duração entre 18 de fevereiro a 6 de dezembro. Os clubes da Série A entram na 5ª fase. A competição terá aumento de 92 para 126 equipes participantes. Em 2027, serão 128 clubes

A volta do Verdão à Copa do Brasil exigirá a elaboração e execução de um planejamento mais ousado para a próxima temporada, principalmente no que diz respeito à montagem de um time mais competitivo, desde o início da temporada, pois o campeonato goiano também deverá ser melhor disputado, com a redução das datas de 16 para 11. Vai ser uma competição mais atrativa para o torcedor. Ainda sobre a Copa do Brasil, o Goiás sempre gostou dessa competição. É muito lucrativa e representa a oportunidade para clubes medianos também chegarem ao título. Em 1990, o Goiás foi vice-campeão, perdendo a decisão para o Flamengo.

Ancelotti convoca Seleção para jogos com Japão e Coreia

Carlo Ancelotti anunciou esta semana os 26 jogadores convocados para a Seleção Brasileira que fará dois jogos amistosos contra a Coreia do Sul e Japão neste mês de outubro. O jogo contra a Coreia do Sul será realizado no dia 10 e o segundo amistoso no dia 14 de outubro. Segundo o técnico Ancelotti, esses jogos fazem parte das preparações visando a Copa do Mundo de 2026.

Na Data Fifa de novembro, a Seleção Brasileira fará amistosos contra seleções africanas. Ancelotti entende que jogar contra equipes asiáticas e africanas é importante para os jogadores conhecerem o futebol praticado nesses continentes. O técnico da Seleção convocou os goleiros Bento, Ederson e Hugo Souza. Os defensores Caio Henrique, Carlos Augusto, Douglas



Divulgação

nesta competição. O Campeonato Brasileiro passa a ser disputado o ano inteiro, com início em 28 de janeiro e encerramento em 2 de dezembro. A Série B começa em 21 de março e vai até 28 de novembro. A Série C terá aumento gradual no número de clubes, mas apenas dois serão rebaixados. A partir de 2028, novo formato com 28 clubes e seis rebaixados. A Série D será ampliada de 64 para 96 clubes, começa em 5 de abril e termina em 13 de dezembro.

O que pensam os Clubes goianos

O Goiás ficou satisfeito com as mudanças implantadas pela CBF no calendário e no formato das disputas patrocinadas pela entidade maior do futebol brasileiro. Mesmo porque o time esmeraldino foi beneficiado com sua inclusão na Copa do Brasil em 2026, independente de ser ou não campeão da série B esse ano. O clube esmeraldino ficou fora dessa competição na atual temporada, fato que representou grande prejuízo aos cofres do clube.

Hugo Jorge Bravo, presidente do Vila, entende que as alterações no futebol brasileiro, de uma forma geral, também foram positivas. Fez ressalvas em relação à Copa do Brasil e Copa Verde, mas aprova as mudanças. Na Copa do Brasil, Hugo Bravo entende que, a partir da 3ª fase os jogos deveriam ser de ida e volta. Sobre a Copa Verde, pretende aguardar para ver se a CBF vai conseguir fazer desta competição um torneio atrativo.



Santos, Edson Militão, Fabricio Bruno, Gabriel Magalhães, Beraldo, Vanderson e Wesley.

Para o meio de campo, André, Bruno Guimarães, Casemiro, João Gomes, Joelinton e Paquetá. Para o ataque foram convocados Estêvão, Gabriel

Martinelli, Igor Jesus, Luiz Henrique, Matheus Cunha, Richarlison, Rodrygo e Vinicius Jr. Raphinha, Alisson, Marquinhos e Neymar poderiam estar na lista de convocados de Carlo Ancelotti, mas estão contundidos e não ficam à disposição para os amistosos da Seleção Brasileira.

✓ A situação no Goiás Esporte Clube é no mínimo paradoxal. É nosso melhor representante na Série B, ocupa a vice-liderança da competição com a mesma pontuação do primeiro colocado, mas o ambiente é tenso e o técnico Vagner Mancini está na "corda bamba".

✓ Ocorre que o time faz uma péssima campanha no segundo turno e ainda se mantém no G4 graças à pontuação adquirida na primeira fase do torneio. Vagner Mancini não é mais unanimidade entre jogadores, diretoria e parte da imprensa.

✓ O técnico é teimoso, insiste nas improvisações e já é vaiado depois dos jogos realizados na Serrinha, como aconteceu no clássico contra o Atlético Goianiense. Se não vencer e convencer em Volta Redonda, Mancini pode ser demitido.

✓ O Atlético Goianiense recebe o Athletico Paranaense na noite deste domingo no

estádio Antônio Accioly. O Furacão vem de uma recuperação fantástica na competição e ocupa a quarta colocação na Série B, com 48 pontos ganhos.

✓ Vila e Atlético sabem que não há mais nada que fazer na série B deste ano, a não ser alcançar o quanto antes a pontuação que lhes garantam a permanência na competição em 2026. Acesso à Série A é praticamente impossível.

✓ Sabendo disso, Hugo Jorge Bravo, presidente do Vila Nova, não contratou o técnico Umberto Louzer para fazer milagres na série B, mas para trabalhar no planejamento para 2026.

✓ Com as mudanças implantadas pela CBF no calendário e no formato das competições que serão disputadas pelos Clubes goianos na temporada do próximo ano, todo o planejamento deverá ser repensado pela direção vilanovense.

Diversão e ARTE

Vinicius Borges

marcosborges710@gmail.com



Divulgação

Passeio das Águas lança Balloon Experience em Goiânia

A partir de 1º de outubro, o Passeio das Águas Shopping recebe o Balloon Experience, instalação inédita na cidade com mais de 130 mil bolas e cinco mil balões iluminados. Inspirada em museus internacionais, a atração une cores, luzes e sons em um cenário imersivo e instagramável, com capacidade para até 45 pessoas por sessão.

Serviço: Ingressos entre R\$ 30 e R\$ 40 em olhaoingresso.com.br.

Projeto "Aqui Tem Museu" instala sinalizações interativas em 10 espaços culturais de Goiânia

Dez museus e centros culturais de Goiânia receberam novas sinalizações do projeto "Aqui Tem Museu", iniciativa da Calíope Projetos e Ações Patrimoniais. A proposta inclui totens giratórios e pinturas lúdicas da artista Emilia Simon, que funcionam como convites visuais e educativos para estimular a visitação.

Entre as instituições contempladas estão o Museu de Arte de Goiânia, o Museu Frei Confaloni, o Planetário da UFG, o Instituto Rizzo e o Centro Cultural Octo Marques. Ao todo, serão 20 espaços atendidos em Goiânia e Aparecida, integrados ao aplicativo gratuito "Fala Sério, Aqui Tem Museu".

Autor goiano lança livro inspirado em vivências de repúblicas universitárias

O escritor goiano Luiz Augusto Araujo acaba de lançar o livro "Democracia numa república: histórias vividas e inventadas", que reúne cerca de 200 páginas de contos e crônicas inspirados em experiências da juventude em repúblicas estudantis. A obra, sexta da carreira do autor, mistura memória, ficção, humor e crítica social para retratar o cotidiano universitário como espaço de convivência, aprendizado e descobertas.



Divulgação



Divulgação

Goiânia recebe show gratuito do projeto Rock & Raiz

O projeto Rock & Raiz — Conexões Musicais Goiás—Miami, liderado por Nila Branco, encerra sua turnê no dia 31 de outubro, às 21h, no Sesc Centro. A entrada é solidária, mediante a doação de 1 kg de alimento não perecível para a OVG. Após passar por Miami e pela Cidade de Goiás, o espetáculo une o rock da voz marcante de Nila à viola caipira de Almir Pessoa, em repertório autoral e releituras criativas.